
**«SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR
NA ZONA MEDITERRÂNICA E, EM PARTICULAR,
EXAME DOS PROBLEMAS PRÓPRIOS
A PENÍNSULA IBÉRICA»**

«SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR
NA ZONA MEDITERRÂNICA E, EM PARTICULAR,
EXAME DOS PROBLEMAS PRÓPRIOS
À PENÍNSULA IBÉRICA»

Palavras pronunciadas, como introdução ao tema em epígrafe, na Assembleia do Atlântico Norte efectivada em Lisboa, no mês de Novembro de 1978, pelo Presidente da Delegação Portuguesa à AAN, José Luís Nunes.

1. Trata-se aqui e tão-só de introduzir o tema: — «Situação política e militar na zona mediterrânica e, em particular, exame dos problemas próprios à Península Ibérica».

Liminarmente importará de novo sublinhar os objectivos políticos e militares da aliança e, na zona geográfica em causa, verificar se e em que medida tais objectivos estão a ser cumpridos.

De seguida, importará identificar e caracterizar as forças políticas e sociais que se lhes opõem e definir as directrizes adequadas à sua concretização.

Enfim, e porque se trata de introduzir um debate sobre os problemas próprios da Península Ibérica, não se surpreenderá esta Assembleia se dermos a esses problemas um lugar de relevo e se, dentre eles, privilegiarmos os problemas de Portugal.

2. A Declaração saída da reunião do Conselho do Atlântico Norte realizada no Outono de 1957 é uma excelente síntese dos objectivos políticos e militares da Aliança e, ainda hoje, é actual:

— «Em nome dos quinze países da Aliança Atlântica, todos decididos a preservar os direitos imprescritíveis que as nossas leis e as nossas tradições

garantem à pessoa humana, reafirmamos solenemente o nosso compromisso e o dos nossos povos aos princípios e aos fins do Tratado do Atlântico Norte. O Tratado entrou em vigor há cerca de nove anos. Foi assinado para proteger os nossos povos e permitir-lhes viver e serem governados na paz e na liberdade. Estes grandes objectivos foram atingidos. À luz da nossa experiência e fortalecidos pelas vitórias conseguidas, decidimos tornar a nossa Aliança ainda mais unida e mais poderosa.

No fim da Segunda Guerra Mundial, os exércitos do Ocidente foram quase completamente desmobilizados. A União Soviética não procedeu da mesma forma. A sua política expansionista obrigou-nos à conclusão do nosso Tratado e ao rearmamento.

Formamos uma organização de países livres que, conscientes de tudo o que, no fundamental, os une, aprenderam a viver e a trabalhar em conjunto com a firme convicção de que a estreita cooperação e a associação das suas forças são indispensáveis para assegurar a sua própria segurança e a paz no mundo.

Os princípios da nossa Aliança são claros. Comprometemo-nos solenemente a considerar qualquer ataque dirigido contra um dentre nós como um ataque contra todos ao qual nos oporemos com todas as forças.

Intransigentemente fiéis à Carta da Nações Unidas, reafirmamos que a nossa Aliança não servirá jamais objectivos agressivos. Continuamos prontos a resolver os problemas internacionais por meio de negociações, tendo sempre em consideração os interesses legítimos de cada um. Procuramos pôr fim à tensão internacional e queremos instaurar no mundo inteiro a paz, a prosperidade e o progresso social.

A fim de tranquilizar os receios de um mundo justamente angustiado pela corrida aos armamentos e a fim de proporcionar à paz a sua mais sólida base, decididamente partidários de um desarmamento geral e controlado, que possa ser realizado por fases, continuamos, não obstante as nossas decepções, prontos a discutir qualquer proposta razoável para atingir este fim.»

A defesa da liberdade e da democracia, a recusa de uma política expansionista, a interajuda entre os seus membros, o concerto e a negociação como forma privilegiada de resolução de conflitos e a procura de uma solução justa que conduza a um desarmamento geral e controlado constituem, ontem como hoje, os princípios fundamentais da política da Aliança Atlântica.

A zona mediterrânica, abrangendo não só os países banhados pelo Mediterrâneo — Turquia, Grécia, Itália, França e Espanha — mas também um — Portugal — situado nas margens do Atlântico, põe, hoje, alguns problemas graves — de assinalável complexidade — e que só o respeito integral dos princípios da Aliança, acima resumidos, poderá resolver.

Compreender-se-á, facilmente, que, numa simples introdução, nos limitemos a sumariar certos problemas tanto mais quanto é certo dispormos todos dos exaustivos relatórios apresentados às Comissões Política e Militar.

Nós pensamos que, nesta zona, continuam a predominar os problemas propriamente políticos e que certas questões internas da Aliança — o conflito entre a Grécia e a Turquia — põem os respectivos governos perante a necessidade de encontrarem uma solução, na base do diálogo, que seja justa e que concilie os interesses susceptíveis de serem protegidos.

Importará também ter uma palavra acerca da situação em Itália que se tem caracterizado pelo aumento constante da influência política e sindical do Partido Comunista Italiano e por um considerável reforço do terrorismo político.

Sem nos debruçarmos, especificamente, sobre o fenómeno do Eurocomunismo diremos que o que torna difícil a integração dos partidos comunistas nos sistemas democráticos é não só a sua assunção de um modelo totalitário de sociedade mas também e sobretudo a sua intensa ligação à União Soviética.

Os valores da democracia — únicos compatíveis com os mais avançados ideais de liberdade e justiça social — são postos em causa por um modelo totalitário de sociedade.

A aquisição de uma credibilidade democrática importa menos o abandono desse modelo ou a moderação das propostas políticas que o exprimem e mais eliminar, de vez, qualquer subordinação política aos países de Pacto de Varsóvia e mormente à União Soviética.

Em suma: mais do que cortar nas suas propostas de esquerda deverão os eurocomunistas cortar a Leste... Definitivamente e sem reservas.

Não é esse, porém, o caso! Se, é forçoso reconhecê-lo, o Partido Comunista Espanhol assumiu certas posições muito críticas em relação aos sistemas de ditadura do proletariado, a posição dos Partidos Comunistas Francês e Italiano está plena de ambiguidades, não se sabendo se o Eurocomunismo será uma séria viragem política ou uma simples manobra

táctica, justificada pela conjuntura de momento, a ser abandonada em altura mais favorável...

O terrorismo não constitui um típico fenómeno italiano mas, com o assassinio de Aldo Moro, adquiriu cambiantes susceptíveis de causar preocupação.

Vindo do fundo da história põe, de novo, em causa os princípios fundamentais do Estado de Direito que julgávamos adquiridos.

De novo se ouvem vozes legitimando a pena de morte, defendendo a tortura e os tratamentos degradantes, erigindo a confissão como «rainha das provas», pugnando pela criação de «polícias paralelas», pondo em causa o «estado democrático».

Sem quaisquer apoios conhecidos nas populações é o terrorismo um fenómeno perigoso na medida em que pode enfraquecer certos valores fundamentais das sociedades democráticas.

Importa e muito claramente definir as suas causas sociais para o combater na origem e detectar quem o comanda e organiza.

Na sua repressão, porém, importa sempre respeitar os princípios fundamentais do estado de direito.

A coordenação das actividades das polícias nacionais e a possível unificação das leis permitirão, certamente, obter bons resultados e evitar a degradação do estado de direito que é o fim último visado pelo terrorismo.

Dito de outra forma: — O terrorismo só pode ser combatido com base na lei e no direito e nunca pela instauração de um Estado terrorista.

Na Península Ibérica tem sido uma constante da situação política a existência de relações de amizade e boa harmonia entre os dois estados peninsulares: — Portugal e Espanha.

Os problemas postos por uma natural conveniência vêm, assim, sendo resolvidos, a contendo de ambos, na base do diálogo e da concertação.

Constitui a Península Ibérica uma área estratégica de capital importância não só pela sua situação geográfica mas também pela sua capacidade humana, industrial, e em recursos naturais.

Não espantará pois que esta Assembleia se debruce mais atentamente sobre a sua realidade política e militar até porque a queda da ditadura em Portugal e a evolução democrática em Espanha constituem acontecimentos de uma importância excepcional que tiveram e vão continuar a ter uma decisiva importância no quadro político da Aliança.

Até porque, como os restantes povos da Europa, Portugal e Espanha, sem abdicarem das suas características próprias e da sua natureza de estados independentes, se encaram cada vez mais como partes cuja ligação espiritual à Europa irá evoluir para uma integração nas suas organizações económicas e políticas. Importante será verificar em que medida essa tendência, concretizada em ambos os países pelo pedido de admissão à CEE, se verifica também no campo da nossa Aliança.

No que respeita a Portugal, a nossa presença, que aliás nunca foi posta em causa, tornou-se mais significativa a partir do momento em que, com a queda da ditadura, o meu país assumiu definitivamente os valores da liberdade e da democracia que nos são comuns.

Em Espanha, o processo institucional que aí se desenvolveu criou as condições políticas necessárias à admissão na Aliança.

Trata-se, obviamente, de uma decisão que cabe ao povo espanhol tomar, livremente, através das suas instituições democráticas e representativas.

Esta viragem europeizante é acompanhada por um fenómeno de reivindicações de autonomia regional, tipicamente europeu, embora com características próprias e que faz com que os Bascos, os Catalães e os Galegos em Espanha, e os Portugueses da Madeira e dos Açores em Portugal, tal como os Escoceses e os Galeses no Reino Unido e os Bretões na França, reivindiquem uma ampla autonomia regional que a Constituição Portuguesa e o Projecto de Constituição Espanhola, já aprovado pelas Cortes procuram, dentro do possível, reconhecer.

Uma das zonas de reivindicação autonomista — a Basca — tem sido a mais sólida base de desenvolvimento do terrorismo em Espanha que visa, como em toda a parte, pôr em causa os valores do estado democrático.

As dificuldades inerentes a qualquer processo de democratização junta-se, assim, um fenómeno terrorista agressivo que nos faz surgir certas preocupações, temperadas, é certo, pela nossa absoluta crença na capacidade do povo espanhol para resolver os seus próprios problemas.

Como síntese, poderíamos enfim afirmar que a zona mediterrânica, com a queda das ditaduras em Portugal, na Espanha e na Grécia, passou a partilhar das características políticas comuns a toda a Aliança, superando-se assim uma patente ambiguidade oriunda da contradição entre esses

sistemas ditatoriais e a Liberdade e a Democracia que à NATO compete, acima de tudo, defender.

Hoje, nas margens do Atlântico não existem sistemas ditatoriais. Tal facto é um importante elemento no fortalecimento político da Aliança que importa saudar.

Os problemas políticos e militares que ora se deixam aqui sumariamente enunciados só poderão encontrar solução no âmbito dos nossos princípios de diálogo e interajuda que não excluem a firmeza e o desassombro na defesa dos nossos objectivos.

3. A situação política e militar portuguesa caracteriza-se pelo fortalecimento das estruturas constitucionais com o consequente cumprimento, por parte das Forças Armadas, das missões que lhes são distribuídas pelos órgãos de soberania.

A existência — transitória — de um órgão político-militar —, o Conselho da Revolução —, não tem constituído um travão ao pleno enquadramento das FA no sistema institucional.

Atravessou o meu país, após o 25 de Abril, uma difícil crise na qual constituem marcos assinaláveis a descolonização, a eleição, por sufrágio directo, da Assembleia Constituinte, os acontecimentos de 25 de Novembro e a aprovação da Constituição da República em 2 de Abril de 1976.

O custo económico e social foi assinalável sendo, até por isso, suprentende que nós, Portugueses, tenhamos conseguido combater e vencer as tentativas de instaurar, em Portugal, um sistema totalitário, hostil aos objectivos e aos valores da Aliança, mantendo e reforçando as liberdades democráticas e o sistema representativo.

A crise — económica e social —, herdeira das convulsões de uma sociedade em transformação, não impediu pois o meu país de uma mais clara e firme participação no sistema da Aliança, oriunda de uma total comunhão nos seus princípios e objectivos.

A instauração de um sistema democrático e a reorganização de umas Forças Armadas dotadas de uma doutrina militar, de uma tradicional experiência de guerra e de quadros de alto nível técnico são, talvez, as mais importantes contribuições portuguesas à Aliança Atlântica.

Do exposto ressalta a importância eminente do nosso país e a necessidade de uma colaboração mais intensa com todas as nações aliadas em todos os planos, mormente no plano económico e militar.

Importa assim que as recomendações aprovadas por esta Assembleia encontrem uma concretização prática, imediata, tanto mais quanto é certo existir uma importante conexão entre as esferas económica e militar.

No momento actual, a capacidade do parque industrial existente está sendo utilizada em cerca de 60%, em média, dispondo, portanto, o País de possibilidades que lhe permitem, no imediato, aceitar encomendas em várias áreas, de interesse para a logística militar, dos países da NATO.

Essas encomendas, firmes, a concretizarem-se por um período de tempo definido (entre 5 a 10 anos conforme os casos) e, nalguns casos específicos, a cedência de «know-how» ou possíveis «joint-ventures» permitiriam concretizar a nossa contribuição própria para a materialização do reequipamento das nossas Forças Armadas e contribuir para a superação da crise económica que atravessamos.

Não pedimos que nos ajudem, pedimos simplesmente que nos ajudem a ajudar-nos a nós próprios, pelos nossos próprios meios.

É assim altamente desejável e possível nos termos expostos, que o reequipamento das nossas Forças Armadas definido no âmbito do «Long Term Defense Planning» (LTDP), aprovado na recente cimeira de Washington, possa ser, nas suas segundas prioridades, parcial ou até totalmente suportado pelo Orçamento Nacional.

No primeiro plano de prioridades avultam, quanto ao Exército, a preparação de uma Brigada — cujos planos de preparação do pessoal, é bom dizê-lo, vêm sendo cumpridos em tempo — a colocar na cadeia de comando do SACEUR; quanto à Armada, a construção de três fragatas para a qual se prevê, em princípio, uma contribuição nacional de 100 milhões de dólares devendo a restante verba necessária ser obtida através do apoio externo reconhecido como indispensável no âmbito da NATO; quanto à Força Aérea, recebidos 5 dos 6 «C-130» programados, a entrega de uma esquadra de aviões de caça «F5E».

Tal auxílio externo é acompanhado, deve dizer-se, por um enorme esforço de preparação de pessoal e por uma renovação de material suportada já no todo ou em parte pelo Orçamento Nacional e em que avulta a modernização de quatro fragatas da classe «Comandante João Belo» e das corvetas da classe «João Coutinho» e a construção de mais seis navios, para controlo da zona de 200 milhas, de acordo com planos da engenharia naval portuguesa, já em vias de conclusão.

4. Deixam-se assim sumariamente enunciados os problemas essenciais ao tema ora introduzido à discussão.

Se, e como notava Clausewitz, «a guerra é a continuação da política por outros meios», não pode a nossa Aliança sem se enfraquecer, esquecer os generosos objectivos que estiveram na base da sua formação.

A instauração, nos países da Aliança, de sistemas democráticos é certamente uma das causas do excelente momento que a NATO atravessa.

Senhores:

Ao recebê-los, nesta sala prestigiosa, rodeada pelas bandeiras dos países aliados e decorada com os cravos vermelhos que simbolizam o espírito democrático da revolução de Abril, parece ser útil e como síntese sublinhar a nossa suprema vocação de defensores da Liberdade e dos valores da Democracia Pluralista.

Quase cinquenta anos de ditadura ensinaram aos Portugueses que, como dizia Albert Camus, «a Justiça, às vezes, pouco pode contra a espada» mas o 25 de Abril ensinou-nos que «a justiça unida à espada é o eterno vencedor da espada desembainhada por si só».

É esta, no fundo, a mensagem essencial da Aliança Atlântica: — Que o que é justo seja também forte.

José Luís Nunes